Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: Desafios para a Aplicação Efetiva das Leis Ambientais no Brasil

Autor(res)

Eduardo Augusto Gonçalves Dahas
Danielle Cristina Costa

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA

Introdução

Os recursos naturais estão sofrendo impactos ambientais visíveis, o que, por sua vez, prejudica a sociedade em geral (Silva et al., 2015). Neste contexto, o Direito Ambiental tem sido fundamental para reduzir estes danos (Barbosa & Nunes, 2022). Com base nisto, este resumo expandido aborda a relação entre Sustentabilidade e Direito, com foco nas contribuições do Direito Ambiental para a promoção do desenvolvimento sustentável, destacando-se a relevância da efetiva aplicação das leis ambientais no Brasil para a redução da degradação ambiental.
Nesse cenário, o Direito Ambiental emerge como um mecanismo para regular essas novas demandas, buscando prevenir a degradação do meio ambiente (Rammel & Staudinger, 2002) , o que se mostra como um requisito fundamental para promover o desenvolvimento sustentável. O resumo traz ainda alguns dos desafios e perspectivas para a implementação eficaz das políticas ambientais neste país.

Objetivo

Investigar o papel do Direito Ambiental na promoção do desenvolvimento sustentável no Brasil, destacando desafios e impactos da degradação ambiental. O estudo visar contribuir para um desenvolvimento equitativo e responsável, fortalecendo a eficácia do Direito Ambiental e fomentando a sustentabilidade nacional, através de estratégias legais e políticas públicas.

Material e Métodos

Para a elaboração deste resumo, foi realizada uma revisão bibliográfica que incluiu artigos científicos relacionados ao Direito Ambiental, desenvolvimento sustentável e políticas ambientais no contexto brasileiro. A busca foi realizada em bases de dados acadêmicas, como Google Acadêmico e Scielo, além de bibliotecas digitais de universidades, utilizando termos de pesquisa relevantes, como "Direito Ambiental Brasil", "desenvolvimento sustentável", "políticas ambientais" e outros. Publicações mais recentes foram incluídas para garantir a relevância e atualidade das informações. A seleção dos materiais foi realizada com base em critérios de inclusão, como pertinência ao tema, qualidade da pesquisa e originalidade do conteúdo. Os dados foram analisados qualitativamente para identificar padrões, tendências e desafios relacionados à implementação eficaz das leis ambientais no Brasil e seu impacto na promoção do desenvolvimento sustentável.

Resultados e Discussão

Os resultados da revisão bibliográfica destacam a importância do Direito Ambiental na promoção do desenvolvimento sustentável no Brasil. Segundo Silva (2002), a legislação ambiental brasileira é afetada por uma série de fatores, incluindo questões socioeconômicas e influências externas decorrentes da globalização. Essas falhas na legislação podem permitir o descaso de empresas e indivíduos, contribuindo para danos ambientais irreparáveis. Além disso, Maia (2008) destaca a desigualdade social e os conflitos de interesses como obstáculos significativos para uma implementação eficaz das leis ambientais. A falta de fiscalização adequada, a burocracia excessiva e a corrupção também são apontadas como desafios importantes. Além disso, a falta de integração entre as políticas ambientais e outras políticas setoriais dificulta ainda mais os esforços para alcançar um desenvolvimento mais sustentável abrangente.

Conclusão

Este resumo aborda alguns dos desafios na aplicação das leis ambientais no Brasil e sua relação com o desenvolvimento sustentável. Para promover esse desenvolvimento, são necessárias medidas urgentes, como fortalecer instituições, melhorar fiscalização e promover conscientização. Destaca-se a importância de uma revisão da legislação, com foco na fiscalização e cumprimento das normas, integrando os princípios do Direito Ambiental para garantir a proteção do meio ambiente e o bem-estar social.

Referências

Barbosa, A. S., & Nunes, M. S. (2022). Direito ambiental e sustentabilidade: uma visão geral da literatura. In M. S. Nunes (Org.), Estudos em Direito Ambiental: Territórios, racionalidade e decolonialidade (pp. 307-324). Campina Grande: Ed. Licuri.

Maia, R. M. (2008). Paradoxos da legislação ambiental: Uma análise de alguns dos conflitos socioambientais em torno das monoculturas de eucalipto na Comunidade de Cana Brava - Norte de Minas Gerais. Dissertação da UNIMONTES - MG.

Rammel, C., & Staudinger, M. (2002). Evolution, variability and sustainable development. International Journal of Sustainable Development and World Ecology, 9(4), 301–313.

Silva, A. L. M. (2002). A eficácia das normas jurídicas ambientais.
www.agu.gov.br/page/download/index/id/2048795

Silva, A. M. R. C., Lopes, M. M., Ribeiro, M. L., & Teixeira, D. (2015). O Direito Ambiental e suas contribuições para o desenvolvimento sustentável. FACEF Pesquisa: Desenvolvimento e Gestão, 18(1), 24-35